



## NUM CORPO SÓ: ENSINO E PESQUISA<sup>1</sup>

**Resumo:** A historiadora Iamara Viana da Silva narra a sua trajetória acadêmica na graduação na UFRJ e a pós-graduação na UERJ. Avalia seus percursos pessoais de escolhas e oportunidades profissionais, destacando as suas origens familiares e o contexto dos movimentos sociais no final do século XX. Analisa as mudanças na historiografia, as suas experiências acadêmicas internacionais na França e as suas preocupações atuais com o ensino de história.

**Palavras chaves:** Ensino de história, História intelectual, escravidão e Iamara da Silva Viana

### SLAVERY AND POST-EMANCIPATION TEACHING AND RESEARCH

**Abstract:** Iamara Viana da Silva narrates her academic trajectory in undergraduate studies at UFRJ and postgraduate studies at UERJ. She remembers her personal career choices and professional opportunities, highlighting her family origins and the context of social movements at the end of the 20th century. She analyzes changes in historiography, their international academic experiences and their concerns about the role of intellectuals in teaching history.

**Keywords:** History teaching, intellectual history, slavery and Iamara da Silva Viana

### ENSEÑANZA E INVESTIGACIÓN DE LA ESCRAVIDUD Y LA POST-EMANCIPACIÓN

**Resumen:** Iamara Viana da Silva narra su trayectoria académica en estudios de pregrado en la UFRJ y posgrados en la UERJ. Recuerda sus trayectorias personales de opciones y oportunidades profesionales, destacando sus orígenes familiares y el contexto de los movimientos sociales de finales del siglo XX. Analiza los cambios en la historiografía, sus experiencias académicas internacionales y sus preocupaciones sobre el papel de los intelectuales en la enseñanza de la historia.

**Palabras claves:** Enseñanza de la historia, historia intelectual, esclavitud e Iamara da Silva Viana

### RECHERCHE SUR L'ESCLAVAGE ET LA POST-ÉMANCIPATION

---

<sup>1</sup> Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: [stephane.rcosta@gmail.com](mailto:stephane.rcosta@gmail.com) . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970> ) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: [escravo@prolink.com.br](mailto:escravo@prolink.com.br) . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040> )



**Résumé:** Iamara Viana da Silva raconta sa trajetória acadêmica dans les études de premier cycle à l'UFRJ et les études de troisième cycle à l'UERJ. Elle se souvient de ses parcours personnels de choix et d'opportunités professionnelles, mettant en avant ses origines familiales et le contexte des mouvements sociaux de la fin du XX e siècle. Elle analyse les évolutions de l'historiographie, leurs expériences académiques internationales et leurs préoccupations quant au rôle des intellectuels dans l'enseignement de l'histoire.

**Mots-clés:** Enseignement de l'histoire, histoire intellectuelle, esclavage et Iamara da Silva Viana

### IAMARA DA SILVA VIANA

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Fez o Mestrado em História pela UERJ (2009) com a dissertação “Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880)” e o Doutorado (2016) com a tese “Jean-Baptiste Alban Imbert: discurso médico e controle social sobre populações escravas, Rio de Janeiro (1830-1850)”, ambas pela UERJ. Tem publicado livros e capítulos se destacando “Poder e morte na escravidão africana atlântica: Vassouras, século XIX” (Editora Appris, 2021), além de artigos nos periódicos *Acervo* (Revista do Arquivo Nacional), *Amazônida* (Universidade Federal do Amazonas), *Estudos Avançados* (IEA-USP), *Resgate* (Revista Interdisciplinar de Cultura, UNICAMP), *Revista ABPN*, *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico*, *Revista de História Comparada*, *Revista Historiar*, *Revista Maracanan*, *Revista Mundos do Trabalho*, *Transversos*, entre outros.

### BAÚS E MEMÓRIAS

**Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na Universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a formação no primeiro e segundo grau?**

Remexer no baú de memórias nem sempre é agradável, mas acredito que tenho muito mais histórias agradáveis que evocam saudade boa de sentir. Provavelmente, essa dificuldade inicial possa ser traduzida numa reflexão de Ecléa Bosi. Segundo a autora, “quando relatamos nossas mais distantes lembranças, nos referimos em geral, a fatos que nos foram evocados muitas vezes pelas suas testemunhas”. Contudo, nem sempre pude



ou posso recorrer a testemunhas. E neste cenário de memórias e histórias, ainda seguindo as reflexões de Bosi, sou de minhas “recordações, apenas uma testemunha”. Isso porque sou a mais velha de cinco irmãos que não conviveram com avós, tios ou primos. Todos estavam distantes! O contato era por cartas e fotos ainda guardadas com frases carinhosas de saudade e apresentações de sobrinhos e sobrinhas, primas e primos.

Filha de Benedita da Silva Viana e Dimas Martins Viana (falecido aos 48 anos de infarto fulminante). Minha mãe é natural de Pouso Alegre, cidade do Sul do Estado de Minas Gerais e meu pai de Muniz Freire, Espírito Santo. Ambos não tiveram acesso à escolarização, mas sempre a julgaram importante para seus filhos, e isto certamente se reflete em quem eu sou. A baixa escolarização, evidentemente, apresentou-se em suas oportunidades de trabalho. Reconsiderando, as não oportunidades, pois nunca surgiram. Minha mãe, doméstica e cozinheira, meu pai segurança e vendedor. Herdei o amor pela cozinha de minha mãe, segundo ela, o melhor tempero é o amor. Sigo à risca. Geralmente, cozinava cantando e contando muitas histórias sobre meus antepassados, aquelas cuja sua memória teimava em guardar: “sua mãe, sua avó, indígena e parteira, seus irmãos e as brincadeiras na roça, a pesca e a colheita para a sobrevivência”. Também relatava sobre o trabalho duro no campo, a casa de sapé, o fogão a lenha e os castigos que os empregados da fazenda recebiam. Castigos físicos ainda eram praticados em meados da década do século XX!

Do meu pai herdei o amor pela *contação* de histórias e pela matemática. Toda noite a mesma história era “traduzida” em diferentes personagens. Os livros eram caros, na verdade ainda são. Antonio Gramsci, o filósofo italiano preso durante o governo de Benito Mussolini já apontava tal evidência no início do século XX. Defendia a ideia de que livros não poderiam ser tão caros ao ponto das pessoas (entenda-se operários filiados ao partido comunista) poderem comprá-los, nem tão baratos no sentido de não serem valorizados pelos possíveis leitores. E nesse sentido, meu pai utilizava sua imaginação e criatividade para inventar novos nomes à velhos personagens. Eles são minha primeira e maior referência.

Ouvindo desde muito cedo sobre a importância da educação, o primeiro dia de aula tinha cheiro de boas novas. Encapar os cadernos com folhas de papel pardo, colar etiquetas e escrever nome, turma e horário, tudo fazia parte de um ritual muito esperado. O primeiro segmento do ensino Fundamental fora realizado em um colégio católico por meio de bolsa de estudos. Nele tive a primeira professora negra, Irmã Edna, mas somente



na quarta série, hoje 5º ano. Ela foi fundamental na construção de uma imagem positiva acerca do ser mulher negra. Atentando para o fato de que naquele contexto eu era uma das poucas crianças negras, aos 6 anos de idade conheci pela primeira vez a crueldade do racismo. Recebia apelidos como “neguinha do morro”, nunca havia, até aquele momento, tido apelidos pejorativos referentes a cor da minha pele. As festas escolares também eram particularmente dolorosas, principalmente as festas juninas. Nenhum menino queria ser o par da menina negra. A solução? Duas meninas negras dançavam juntas, uma delas vestidas de menino. Mas, aquela professora, tão firme no falar, tão sábia e paciente, que tocava violão e cantava em suas aulas, por meio de diferentes ações me estimulava a falar e a participar das atividades escolares. Foi a minha primeira referência de mulher negra ocupando um lugar de poder na sociedade. Irmã Edna também me incentivou a escrever para a agenda escolar. Prática das escolas dirigidas pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria – os alunos dos anos finais de cada ciclo escreviam frases ou parágrafos que seriam utilizados na agenda do ano seguinte por todas as escolas, para cada dia uma frase de um aluno selecionado. Naquele ano escrevi, e meu pequeníssimo texto foi um dos selecionados. Minha primeira publicação, ainda que não soubesse o que isso efetivamente significava. Aos dez anos minha felicidade foi ver meu nome publicado na agenda de capa verde (que ainda guardo com muito orgulho), a qual seria utilizada por todos os demais alunos ao longo do próximo ano letivo.

Sempre fui considerada boa aluna, nunca fui reprovada e minhas notas eram orgulho para meus pais. Também não entendia muito bem. O que me deixava feliz era vê-los sorrindo quando recebiam e assinavam o boletim escolar. Após o 5º. ano fiz prova para ingressar no Segundo Segmento do Ensino Fundamental. Aprovada, adentrei pela primeira vez numa escola pública municipal. Não lembro de ter tido nenhum professor negro. Porém, tenho em minhas recordações “o clube de leitura” criado pela professora que lecionava religião. Embora não consiga lembrar o seu nome, seu rosto ainda está vivo em minha lembrança. A dinâmica consistia na disposição de livros pelos alunos, os quais ficavam acondicionados no “clube” durante todo o ano letivo. Desta forma, podíamos ler muitos livros, acessar distintas histórias. A escola não contava com uma biblioteca, naquele cenário, dispor de uma docente preocupada em desenvolver projeto de leitura sem receber apoio do Estado foi um grande diferencial. Sempre gostei de ler – gibis, livros infantis, dicionários, a bíblia, tudo o que chegasse em minhas mãos. Deste modo, não preciso mencionar o quanto aguardava as aulas de religião, principalmente quando



podíamos trocar os livros. Li todos os livros da coleção Vagalume, e deles me lembro bem.

Ao concluir o Ensino Fundamental, nova prova, agora para o Ensino Médio. Lembro de estar tão nervosa no dia do resultado que não consegui ler o meu nome numa das folhas coladas em uma parede. Estudei no Colégio Estadual Barão do Rio Branco. Havia poucos alunos negros, bem como professores. Sendo a memória também composta de esquecimento, como nos aponta Michel Pollak, posso estar equivocada. Lembro apenas do professor de física, mas nenhuma professora. Há pouco tempo reencontrei uma colega do Ensino Médio, via *Facebook*. Enfim, uma testemunha do passado! Sua fala me atingiu profundamente pois se relacionava às minhas postagens atuais acerca das questões étnico-raciais. Segundo minha testemunha do Ensino Médio, eu sempre conversava sobre racismo, era uma questão que de fato gritava dentro de mim. Infelizmente, naquele momento, não tive referências que pudessem me ajudar.

Como já foi dito, meu pai faleceu aos 48 anos, deixando minha mãe viúva com cinco filhos, 4 menores e uma pensão de um salário-mínimo. A conclusão do Ensino Médio e a não aprovação no primeiro vestibular me fizeram encarar uma nova realidade: a do mundo do trabalho. Como filha mais velha, aos dezoito anos iniciei minha trajetória como trabalhadora, exercendo a função de vendedora numa loja no Centro do Rio de Janeiro. Não gostava, mas era necessário. Então, reformulei meu pensamento e aquele lugar passou a ser o “degrau” necessário para que eu pudesse alcançar os meus sonhos ainda intangíveis. Na graduação, iniciada em 1993 no curso de filosofia da UFRJ, nenhum professor negro e, na minha turma, somente três alunos além de mim. O curso era diurno, contudo, precisava trabalhar, por isso cursava duas disciplinas por semestre. Era o possível. Mas estava feliz pois havia retornado às salas de aula e na Universidade que eu queria. Ainda que fosse a minha segunda opção.

No mundo acadêmico tive influências importantes, entre professores e colegas de turma. Entre estes destaco Elen Barbosa dos Santos e sua família, a primeira família negra classe média que conheci, que me apresentou a cultura negra por meio dos bailes charmes que aconteciam no *Clube Vera Cruz* no bairro da Abolição. Rogério José me apresentou o mundo da pós-graduação e me incentivou a adentrá-lo. Entre professores foram muitos e certamente eles nem imaginam o quanto foram relevantes. Minha primeira orientadora, Leila Rodrigues, Andréa Frazão e André Chevitarese - o primeiro professor a me convidar



para participar de uma pesquisa. Flávio Gomes com suas aulas impecáveis, mas deste professor falarei mais à frente.

Ao trazer minhas memórias e histórias sinto, como afirmara Pollak, reabilitando a periferia. A Historiografia tem há muito tempo trabalhado nesta perspectiva, mas dentro da memória coletiva existe a peculiaridade da minha trajetória, que evidentemente se cruza com tantas outras. Lembranças que estavam guardadas, num subterrâneo quase imperceptível, intocado, as faço emergir a fim de compartilhar, assim espero, com muitos outros negros e negras.

## ESCOLHAS ENTRE DESTINOS

### Como foi a escolha pela História? O que te motivava e evocava na graduação?

Bem, certamente dois professores, profissionais que marcaram toda a minha trajetória pessoal e profissional, direta ou indiretamente, os maiores influenciadores na minha escolha: Marilene no Ensino Médio e Gilmar no curso preparatório. Gilmar era um professor que contava histórias de modo peculiar, assim como definido por Ilmar de Mattos. Historiadores e Professores de História, todos somos contadores de histórias. A diferença está na forma como tais histórias/conteúdos/pesquisas são contadas. As aulas do Professor Gilmar me permitiam viajar, imaginar, ir além daquele mundo tão complexo e difícil no qual vivia. Trabalhando como vendedora numa loja, oito horas por dia, seis dias por semana, assistindo aulas à noite, poucas horas de sono, trem lotado às 6h da manhã. Além dos conteúdos ministrados, aquele professor negro nos contava como havia sido sua graduação, sua experiência na universidade, suas amizades, seus professores.

Tudo isso era um estímulo para alcançar o meu sonho. Coursar História na UFRJ. Embora muitos tivessem tentado me desestimular, uma vez que era a melhor universidade do país. Segundo o senso comum, alunos de escola pública estadual, pobres e pretos “não conseguiam cursar”. Eu contava com a vontade inesgotável que a maioria dos jovens tem e com minha teimosia. Assim foi... Trabalhava em horário comercial, assistia às aulas no cursinho à noite e aos domingos estudava com mais três colegas. Todas aprovadas! Ver meu nome publicado em jornal (comprei a *Folha Dirigida* quando estava a caminho do trabalho) foi uma das maiores felicidades que senti. Afinal, estava rompendo com paradigmas, além de todas as impossibilidades mencionadas repetidamente por tantas



peessoas. Eu, uma aluna negra, de escola pública e pobre, havia sido aprovada para a melhor universidade do Brasil, cujo vestibular era o mais temido, posto que todas as questões eram discursivas.

Como mencionei acima, a minha primeira graduação foi filosofia, a segunda opção na época em que fiz o meu segundo vestibular. Não passei no primeiro e iniciei a vida como trabalhadora numa loja, o que possibilitou arcar com os custos de um curso preparatório (ainda não existiam pré-vestibulares comunitários). O impacto inicial foi assustador. Ler Platão, Descartes, Kafka dentre outros filósofos me fez perceber o quanto precisaria me dedicar e estudar. Todavia, alguns semestres depois, logo compreendi que não seria filósofa!

Desta forma, comecei a cursar disciplinas da História, e, a partir daí não tive mais dúvidas. Eu seria historiadora! Não queria voltar a estudar física e química, então aguardei o edital de transferência de curso, o que somente ocorreu em 1997. Foram disponibilizadas duas vagas, uma para o curso noturno criado em 1994, e outra para o diurno. Pelas razões acima mencionadas, a minha preferência era pelo noturno. Por conseguinte, pude cursar mais disciplinas, permanecendo mais tempo na universidade. Deixar o trabalho não era uma possibilidade, já que meu pequeno salário ajudava nas despesas familiares, bem como permanecer na Universidade – passagem, alimentação, xerox dos textos etc. Consegui a vaga após passar pela minha primeira banca. Eram cinco doutores em História e minhas lembranças me levam diretamente para o medo que senti e para o tremor das minhas pernas.

Contudo, na graduação não pude aproveitar as aulas tanto quanto gostaria. Trabalhar e estudar foi muito difícil. Estudava nos fins de semana, e, nos períodos de provas e trabalhos finais, durante a madrugada, chegando a dormir entre 1 ou 2 horas por noite.

O que mais me motivava a continuar era o conhecimento, tudo que lia e aprendia com meus professores foi impactante. Meu desejo por ler, aprender, conhecer era tamanho que não me importava em dormir pouco, acordar de madrugada para o trabalho, encarar três transportes públicos (trem e dois ônibus) entre minha casa, trabalho e universidade. Nada disso importava, eu estava realizando um sonho, e era somente isso que importava. Vislumbrava me tornar a melhor professora de História que meus alunos pudessem ter. Não imaginava seguir a carreira acadêmica. Só fui descobrir o que era pós-graduação no fim da graduação por um amigo também historiador, Rogério José. E sinceramente não



achava que era para mim. Parecia algo muito distante. Não ter professores negros contribuiu muito no desenvolvimento deste meu pensamento, uma vez que parecia ser a academia um espaço para apenas os brancos ocuparem. Em 1998 fui aprovada por meio de concurso público para agente de administração da prefeitura do Rio. Uma primeira luz no fim daquele imenso túnel. E logo em seguida, também fui aprovada numa seleção da Previdência Social, o salário certamente foi um grande atrativo. E após cursar o primeiro semestre de História, tranquei o curso por três longos semestres para trabalhar em dois empregos. Quando retornei havia um professor negro e de História do Brasil. Após quatro anos, enfim havia um professor negro. Suas aulas eram excelentes, mas minha timidez exacerbada nunca permitiram uma aproximação. Timidez que se misturava com os diferentes atravessamentos do racismo, que hoje, como nos aponta Silvio Almeida, é denominado estrutural.

Algumas leituras foram fundamentais. Da História Antiga com leituras de peças como *Medeia*, *Idade Média* e a ressignificação do conceito de idade das trevas passando por América, tudo me instigava. Entretanto, a História do Brasil, seus autores, personagens e problemas era o que mais me fascinava, especialmente as histórias sobre meus antepassados. Líamos muito os historiadores dos *Annales* e sua contribuição para uma nova história. Carlos Ginzburg com o seu *Menocchio* – por meio da micro-história e suas conexões nacionais e globais – me apresentou nova possibilidade de pensar e escrever história. Ao romper alguns paradigmas, Ginzburg defendeu que nenhuma cultura estava fechada em si mesma, havia segundo o autor, uma circularidade cultural, uma troca por meio do contato entre as então designadas cultura popular e cultura erudita. Rapidamente relatei o conceito às questões das culturas étnico-raciais brasileiras. Todavia, a leitura mais impactante – intelectual e pessoalmente – foi *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre e sua descrição sobre as mulheres negras, mulatas e brancas. Cada qual com designação e lugar específicos nas relações sociais e humanas: as primeiras trabalhar, as segundas “transar” e as últimas “casar”.

## CAMPOS DE BATALHAS: GRADUAÇÃO E PÓS

**Sua graduação nos anos 90 e os seguintes foi também um momento de efervescência. Como isso te mobilizava em termos intelectuais? Quais os livros, abordagens, autores?**



A década de 90 teve início com um fato histórico televisionado, o qual marcou o final de um processo iniciado com o término da Segunda Guerra Mundial: o colapso da União Soviética. Ainda me lembro da matéria e de como comentávamos a respeito do fim da Guerra Fria e da reunificação da Alemanha. Muitos destacavam as diferenças econômicas contundentes entre os dois lados. Mas, para mim o declínio do *Apartheid* e a eleição de Nelson Mandela foram muito mais significativos. Um presidente negro, o primeiro eleito (1994) em um país africano dominado, até então, pelo colonizador europeu, significava mais do que romper paradigmas. Significava a oportunidade de mudanças reais. Naquele mesmo ano ocorreu a primeira eleição em Moçambique. País que conheci em 2016 ao realizar uma pesquisa financiada pela Capes e coordenada pela PUC-Rio.

Aqui no Brasil estávamos recém-saídos de um período de ditadura militar e suas marcas se faziam presentes, ainda indelévels. Ouvíamos, em algumas aulas no curso de Filosofia na UFRJ, histórias de Professores que haviam sido retirados de suas aulas e nunca mais vistos. Outro fato fortemente presente em minhas memórias foi a eleição de Fernando Collor, o confisco das poupanças dos brasileiros, a denúncia de corrupção em seu governo, o movimento dos “caras pintadas” e o *impeachment*. Todo o processo foi acompanhado, via televisão e jornal, por mim, meus pais, irmãos e colegas da escola. Embora não tivesse acesso a leituras ou grupos relacionados à cultura negra no bairro em que morava, a questão racial sempre esteve presente em minhas conversas com amigos na escola, nos arredores e na igreja que frequentava. A necessidade de entender e falar sobre a violência causada pelo racismo sempre me impulsionou. Quando cheguei à Universidade, tudo fez muito mais sentido. Iniciei no Curso de Filosofia da UFRJ onde além de mim existiam mais dois alunos negros. Uma dessas alunas se tornou uma grande amiga e com ela conheci os movimentos culturais negros. Foi fantástico! Em alguns momentos me questioneei: “Enquanto negra, como não tivera acesso a tudo aquilo antes?” Talvez, porque meus pais não frequentassem aqueles locais, nem mesmo escolas de samba eu conhecia.

No ano de 1990 estava concluindo o Ensino Médio (antigo Segundo Grau), observei que tive somente um professor negro, o qual não abordava questões raciais. O afastamento geográfico também dificultou conhecer autores e livros acerca das questões raciais. Morava em Paciência, zona Oeste do Rio de Janeiro, distante 62 km do centro do



município. O que significava quase duas longas horas viajando de trem. Outra questão era não poder sair sem meus pais, logo, os lugares frequentáveis eram todos próximos de casa, em outras palavras, a praça e a igreja. Não tínhamos bibliotecas ou centros culturais próximos e, somente após iniciar a universidade tais atividades passaram a ser uma constante em minha vida.

Já na graduação de História formamos um grupo de estudantes negros do IFCS, o CONEI (comunidade negra do IFCS). Esta foi a minha primeira aproximação dos debates étnico-raciais. Finalmente, após anos eu estava entre os meus. Pessoas que entendiam as diferentes formas de racismo, que compõe ainda hoje o cenário da sociedade brasileira. As discussões giravam em torno das ações do movimento negro, de autores e intelectuais negros e de suas obras. Não conseguia acompanhar todas as reuniões, mas fazer parte daquele grupo certamente me possibilitou conhecer mais sobre o movimento negro, que até então só conhecia por relatos de amigos.

### **Como foi a sua entrada na pós-graduação e escolha de temas para estudo?**

Sabia que queria estudar escravidão desde a graduação, mas precisei amadurecer pessoal e intelectualmente. Ler Gilberto Freire na aula de Brasil II, ainda na graduação, confirmou muitos pensamentos acerca do aforismo social brasileiro sobre corpos femininos. Mesmo tendo consciência deste fato, ler a obra de um importante intelectual foi doloroso. Percebi que precisaria de mais tempo. Naquela ocasião, estudei Idade Média por meio das relações de poder na obra de um importante intelectual católico do século VI: Isidoro de Sevilha. Para mergulhar na principal fonte, um código provavelmente escrito para um convento, fiz um curso de latim cristão.

Concluí o bacharelado e pedi reingresso (acho que este é o termo) para cursar licenciatura. Ao ser apresentada a Paulo Freire, percebi o quanto seria relevante conhecer profundamente a História da minha ancestralidade. Através do estágio realizado em um colégio público, observei ser a maioria dos estudantes negros. Muitos não se reconheciam pretos nem pardos. A partir daquele momento, investi em leituras que pudessem colaborar para futuras aulas. Iniciei por *Negociação e Conflito* de João José Reis e Eduardo Silva, indicação de um amigo. Fruto da produção historiográfica da década de 80 do século XX, Silva e Reis apresentavam um escravizado que não era nem herói, nem vítima o tempo todo. E não parei mais! Logo vieram *Na Senzala uma Flor* de Robert Slenes, *História de*



*Quilombolas* de Flávio Gomes, *Visões de Liberdade* de Sidney Chalhoub, *Memórias do Cativo* de Ana Lugão e Hebe Mattos, e muitos outros.

No ano seguinte, ao concluir a graduação, iniciei uma especialização em História do Brasil na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Lá conheci José Roberto de Pinto Góes que gentilmente aceitou me orientar e me apresentou uma lista imensa de autores nacionais e internacionais.

Antes de concluir o curso fui aprovada no Mestrado em História Social do Território na mesma instituição, primeira turma do curso. Naquela ocasião, percebi o quão relevante fora a minha formação na UFRJ. Fiz meu primeiro projeto e fui aprovada. Sem bolsa a participação e apoio de Rogério Soares foi fundamental. Já conhecia o Professor Ricardo Salles pois havia cursado sua disciplina na especialização em História do Brasil. Na época, ele estava desenvolvendo pesquisas em Vassouras e levou um pequeno grupo de alunos para conhecer o antigo Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra. Me apaixonei completamente. O impacto foi gigantesco ao perceber que poderia adentrar na vida dos escravizados por meio da morte. Minha principal fonte, no Mestrado, foram os livros paroquiais de óbito de escravizados, libertos e livres. Quanto mais lia e analisava as fontes, mais desejava saber sobre aqueles indivíduos que me antecederam e formaram parte significativa da cultura e riqueza brasileiras.

Posso afirmar que a escolha do meu tema e objeto se deu no encontro com o arquivo. Ainda lembro do cheiro, da beleza dos documentos e das caligrafias, que registraram elementos significativos para eu compreender melhor a vida dos escravizados enquanto mão de obra da produção cafeeira do Vale Paraíba Fluminense. Os inventários *post mortem* de proprietários se tornaram relevantes, posto que teciam um cenário onde trabalho e moléstias se conectavam, e juntos, incidiam no valor da propriedade escravizada. Além destes documentos li algumas teses médicas, o Manual do Fazendeiro de Imbert e alguns viajantes.

**Você estudou na UFRJ, depois foi fazer pós-graduação na UERJ junto com pesquisadores importantes, mas de outras orientações teóricas e metodológicas (José Roberto Góes, Ricardo Salles etc.). Como foram estas experiências e seu diálogo com a historiografia produzida na UFF, Unicamp e USP?**



Penso nessas experiências sempre de modo positivo e agregadoras. Ampliei minha visão acerca das teorias e metodologias por meio de distintas leituras e debates durante as aulas. Além disso, pude conviver com outros historiadores compartilhando de suas pesquisas e reflexões.

Os professores, tanto da Faculdade de Formação de Professores da UERJ quanto da unidade Maracanã, tinham diferentes formações: UFF, USP e PUC-Rio. Desta forma, tive acesso ao que fora produzido nestas instituições, assim como suas orientações teóricas e metodológicas.

Quanto à produção da Unicamp, tive acesso por meio dos Congressos e Seminários. As obras produzidas sobre escravidão sempre me mobilizaram, fazendo parte das minhas leituras e aquisições. Não posso deixar de mencionar as trocas com os amigos da graduação e da pós-graduação. Sempre dialogávamos sobre nossas pesquisas e bibliografia. Os livros da *Coleção Várias Histórias* eram um dos preferidos nas bancas dos Congressos.

Após realizar pesquisa e laboratório em Idade Média na Graduação, julguei necessário me aproximar da produção historiográfica sobre escravidão. Passei na seleção e fui cursar Especialização em História do Brasil na FFP/UERJ sob a orientação do José Roberto Góes. O trabalho final, *Cartas de Alforria no século XIX: diálogos com a historiografia*, colaborou para que pudesse iniciar leituras profícuas sobre escravidão brasileira.

Iniciei o mestrado tendo a morte de escravizados como objeto. Mas a morte envolvia outras questões como, por exemplo, sua causa: moléstias ou violência. Até aquele momento, meus conhecimentos acerca de doenças eram extremamente ínfimos. O Ricardo Salles me apresentou à Ângela Porto, historiadora e pesquisadora, hoje aposentada da Casa de Oswaldo Cruz. As indicações de Ângela foram basilares para o desenvolvimento da pesquisa. Autores como Tânia Pimenta, Flávio Edler, André Nogueira, Alisson Eugênio, Maria Regina Cotrim, assim como fontes primárias passaram a fazer parte de leituras cotidianas. Por meio das minhas pesquisas e indicações de professores e colegas fui ampliando a bagagem sobre o tema: *A morte é uma festa* de João José Reis; *Nas Fronteiras do Além* de Cláudia Rodrigues; *O Homem diante da Morte* e *A História da Morte no Ocidente* de Philippe Aries.

Tendo em vista que a morte não iguala os indivíduos, conforme eu ouvira sempre quando criança, pude perceber, por meio das fontes, o simbolismo fortemente imposto



nos rituais de morte e de bem morrer do século XIX. Assim, Bourdieu e seu *poder simbólico*, ou seja, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, atendiam em parte às minhas questões teóricas. Isso porque, a sociedade escravista oitocentista de Vassouras era extremamente complexa e hierarquizada. As tensões existiam entre os diferentes grupos sociais, e dentro deles. Ainda segundo Bourdieu, o “poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo”, e na morte os símbolos do cristianismo exercido pelo poder da Igreja Católica faziam bem esse papel. Elementos perceptíveis nas mortalhas dos santos de devoção, nas esmolas deixadas para a igreja e pobres, em valores escritos, em testamentos para que missas fossem rezadas após o falecimento, nas descrições do documento. As missas de corpo presente, o número de sacerdotes, dentre muitos outros elementos que demonstravam o quanto o defunto fora importante. No caso dos escravizados, as irmandades cumpriam bem o papel da ostentação funerária quando possível.

No doutorado decidi trabalhar o *Manual do Fazendeiro* de Jean-Baptiste Alban Imbert, o qual foi generosamente cedido a mim pela historiadora Ângela Porto, sob a orientação de Márcia Gonçalves na Unidade Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O Ricardo Salles aceitou ser meu coorientador. Trabalhei com a segunda edição datada de 1839, composta por 688 páginas. Comecei a ler obras como pesquisas sobre corpo, raça, doenças, medicina no século XIX, dentre as quais destaco: *O Espetáculo das Raças* de Lilia Schwarcz; *História Geral da Medicina Brasileira* de Lycurgo Filho; *Uma História brasileira das doenças* de Dilene Raimundo, Diana Maul e Rita de Cássia Marques; *Ser Médico no Brasil* de André Neto; *A Arte de Curar* de Betânia Figueiredo, dentre outros, incluindo filósofos iluministas como Buffon e seu *De L’Homme: Histoire Naturall* e Rousseau, *A Origem da Desigualdade entre os Homens*. Sendo o curso em História política, me aproximei também de autores como René Rémond, Susan Perdensen, Xavier Gil Pujol, Serge Berstein, dentre outros que abordavam a nova História Política.

No pós-doutorado retomei as obras de E.P. Thompson – só havia lido a *Formação da Classe Operária Inglesa* no mestrado – no qual destaco o conceito de classe. Isso porque, segundo o autor, “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-



la num dado momento e dissecar sua estrutura”. Incluindo a relevância de pessoas e contextos reais, ele amplia as possibilidades de usos do conceito. Atualmente, tenho estudado seu conceito de *experiência*. O pós-doutorado me abriu novas possibilidades ao dialogar com um dos grandes historiadores da escravidão no Brasil e no exterior, e incluir leituras extremamente relevantes. Sublinho também, o papel deste intelectual no rompimento de barreiras que me pareciam intransponíveis: publicar artigos, capítulos e livro. Flávio Gomes foi muito mais que um supervisor de pós doc. Saliento sua relevância como um grande incentivador. Mesmo sem saber, proporcionou meios para que esta historiadora pudesse abdicar de medos construídos ainda durante a graduação. Novamente retomo a questão da representatividade e do ser mulher negra na sociedade brasileira. Felizmente, hoje, temos muitas historiadoras e intelectuais negras produzindo e publicando suas obras. Embora possa não parecer, ver rostos negros em capas de livros nos fortalece e estimula. A Academia é um lugar hostil, não foi construído para negros e pobres. Ainda estamos no processo de romper barreiras e paradigmas, mas fico muito feliz por ter conseguido dar um primeiro passo.

### **O SHOW TEM QUE CONTINUAR**

**No seu Doutorado você foi fazer estágio na França (na École) com Jean Hebrard. Fale um pouco sobre estas escolhas e experiências**

A bolsa CNPD foi excelente em todos os aspectos possíveis, não somente profissionais, mas também intelectuais. A escolha estava diretamente relacionada ao meu objeto de pesquisa, posto ser minha principal fonte um Manual escrito por um médico francês que viveu no Império do Brasil entre 1831 e 1847, Jean-Baptiste Alban Imbert – documento cedido por Ângela Porto ainda durante o mestrado. Neste Manual doméstico, o médico francês escreveu, aqui no Brasil, saberes médicos sobre doenças de pretos direcionados ao público leigo, principalmente para os proprietários de fazendas e escravizados distantes geograficamente da Corte. A primeira edição foi publicada em 1834, três anos após a primeira lei de fim do tráfico africano para o Brasil. Logo, cuidar do corpo negro – africano ou crioulo e escravizado – seria fundamental para a manutenção da escravidão e da base da economia monocultora: a mão de obra escravizada de africanos e de seus descendentes. Da mesma forma, Imbert apresentou reflexões acerca dos



africanos e africanas, seus corpos, capacidade intelectual, reprodução e manutenção da propriedade escravizada. Pedagogicamente, descreveu a anatomia humana destacando particularidades e *defeitos* que deveriam ser observados pelos fazendeiros no momento da compra de escravizados, tendo como principal objetivo evitar africanos que pudessem desenvolver enfermidades graves, ou que não fossem concebidos como bons trabalhadores. Afinal, o tráfico passara a ser ilegal e os custos da propriedade escravizada haviam aumentado. Mas, por que sair da França e vir estudar doenças populares no Império do Brasil? Quem havia sido Jean-Baptiste Alban Imbert e sua família? Havia muitas questões e eu precisava de respostas.

Atravessar o Atlântico pela primeira vez e sozinha foi assustador. Estudava a língua francesa há aproximadamente quatro anos, mas os ouvidos ainda não estavam treinados. Participar dos seminários com diferentes professores e pesquisadores de diferentes países ampliou os *horizontes de expectativas* no que tange a vida acadêmica com relação às questões teóricas e metodológicas e ao conhecimento da língua francesa. A École recebe somente pós-graduandos (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e naquele ano de 2015 havia muitos professores brasileiros. Privilégio que tivemos durante o governo Dilma Rousseff. O espaço acadêmico oferece aulas de francês para estudantes estrangeiros, o que certamente foi excelente, uma vez que o curso no Brasil não apresentou o *modus operandi* do discurso acadêmico em francês.

Minha co-orientadora estrangeira, Sabina Loriga foi quem me apresentou a Jean Hébrard, o que certamente foi o melhor presente que poderia receber naquele momento. Além de conhecedor dos arquivos e fontes, Hébrard me ajudou a encontrar documentos fundamentais para minha pesquisa. O arquivo, em Draguignan, no Sul da França, havia sido inaugurado a pouco tempo e até aquele momento eu nunca havia ouvido falar naquela cidade. Hébrard foi fundamental na ampliação das questões e problematizações acerca do meu objeto de pesquisa. Bem como, na pesquisa realizada em Montpellier, na Faculdade de Medicina, local onde meu objeto havia estudado no início do século XIX. As várias reuniões que tivemos foram basilares para desenvolver e ampliar questões e problematizações. Jean Hébrard me convidou para apresentar meu projeto no Seminário que aconteceria no espaço acadêmico na *Journée Doctorale Internationale: Nouvelles recherches sur les sociétés esclavagistes et post-esclavagistes d'Amériques*. A jornada contou com a participação de doutorandos da EHESS e da Universidade de Michigan. Além do convite, Jean Hébrard me auxiliou na revisão da tradução do meu texto do



português para o francês, posteriormente transformado em slides para que todos pudessem acompanhar minha exposição. A apresentação foi designada *Jean-Baptiste Alban Imbert: Discours Médical Url Populations En Esclavage, Rio de Janeiro (1830-1850)*. Estudantes e professores de países africanos, italianos, portugueses, norte-americanos, argentinos compunham o evento, e, portanto, múltiplas línguas e culturas disputavam o espaço. Todos apresentaram suas pesquisas em suas línguas maternas, o que me deixou mais à vontade para utilizar o português. Mas achei de bom tom iniciar minha apresentação em francês.

O melhor, contudo, foi a receptividade que minha pesquisa, ainda em andamento, recebeu. Os professores da École presentes queriam saber mais sobre Imbert, aquele médico francês que havia fugido de uma perseguição política, e muito provavelmente da morte, e se abrigado no Império do Brasil. Pude contar com a ajuda das historiadoras Cláudia Damasceno e Lívia Beatriz na tradução dos diálogos. Ainda naquele primeiro mês era difícil entender o idioma estrangeiro. Também contei com a ajuda de Alessandro Tuccillo (EHESS/Université de Naples), professor italiano que cursava seu doutorado. Seu auxílio foi fundamental para iniciar a pesquisa na Biblioteca Nacional de France e, apontar possibilidades de encontrar registros da saída de Imbert do país: o Arquivo do Ministério Estrangeiro.

Em Paris tudo era mais fácil, havia muitos brasileiros e na Universidade, especificamente no CRBC, alguns funcionários falam português. Contudo, minha pesquisa não se restringiu à capital francesa. No Sul, tudo era diferente a começar pelo calor que me fazia lembrar o Rio de Janeiro. Encontrei um único pesquisador brasileiro no primeiro dia na biblioteca da faculdade de medicina de Montpellier. Desta forma, não tive escolha, a fluência na língua francesa era urgente, o que foi muito positivo. Precisava pesquisar e dialogar com os arquivistas, bibliotecários e identificar documentos sobre Imbert, sua vida pessoal, familiar e política. Documentos que somente encontrei em Draguignan, como já mencionei, uma cidade ao Sul da França, ainda com traços medievais. Inventário familiar, Certidões de batismo e casamento, documentos de seu mandato como prefeito etc., foram alguns dos documentos encontrados. Destaco a disponibilidade de todos que me atenderam nos arquivos e bibliotecas. Sempre generosos com o meu parco francês e atentos às minhas solicitações. Apresentaram muitos outros documentos além dos que eu havia solicitado. Fiquei muito impressionada com a



gratuidade das xerox e digitalizações, assim como poder fotografar gratuitamente todos os documentos necessários para minha tese.

## GERAÇÕES E COMPROMISSOS

**Há uma importante geração de historiadoras negras – intelectuais importantíssimas – no cenário acadêmico brasileiro atualmente. Como você avalia o contexto atual e a inserção de uma historiografia potente sendo produzida por intelectuais negras e negros? Quais os desafios, armadilhas, dilemas e questões centrais?**

O que percebo verdadeiramente é a relevância daqueles que as antecederam. Importa mencionar nossas ancestrais que agiram, reagiram e não sucumbiram à escravização de seus corpos e mentes. O fim da escravidão não contemplou políticas públicas que pudessem introduzir o negro na sociedade brasileira por meio de educação e trabalho. Porém, os descendentes daqueles escravizados fizeram o trabalho de casa. A ação do *Movimento Negro* foi fundamental para que muitos meninos e meninas negros chegassem à universidade. Antes, porém, tiveram que provar que a sociedade brasileira era racista e a tal democracia racial, uma invenção. A tensão advinda desta questão teve por base a visão de mundo compartilhada não somente no território nacional, mas também internacional, de que havia entre nós a tal chamada democracia racial. Intelectuais como Beatriz do Nascimento (historiadora), Lélia Gonzalez (historiadora e filósofa) dentre outras foram importantes para que essa geração pudesse produzir. Todavia, ainda há muito por fazer.

Depois tivemos outras grandes referências, que felizmente ainda estão entre nós, como Flávio Gomes, Hélio Santos, Wlamyra Albuquerque, Sueli Carneiro, Muniz Sodré. Ainda que a questão ressalte o papel de historiadoras negras, não poderia deixar de mencionar a relevância de grandes intelectuais que são referência para a minha geração e as seguintes. Destaco a importância de ter visto a foto de Wlamyra no seu livro, *O Jogo da Dissimulação*, publicado pela Companhia das Letras em 2009. Este fato me fez acreditar ser possível adentrar no espaço acadêmico. Uma mulher negra publicando numa das mais importantes editoras brasileiras e professora da Universidade Federal da Bahia. Ela representava as mudanças iniciadas numa sociedade patriarcal, racista e machista.



As jovens intelectuais negras têm desenvolvido papel extremamente relevante no que tange ao posicionamento político, social, econômico e político. Destaque para as historiadoras com certeza. Suas pesquisas demonstram maturidade intelectual, sensibilidade ao lidar com histórias e memórias sensíveis, excelente escrita, análise de fontes e problematizações que, a meu ver, só poderiam ser postas por elas: mulheres negras. Mas nossos irmãos também têm apresentado questões novas para velhas fontes. O olhar do historiador negro e da historiadora negra carrega o peso da ancestralidade. Quando penso sobre essa questão, lembro de ouvir em uma aula de Flávio Gomes que nós negros poderíamos escrever a nossa própria história. Essa fala, que muito provavelmente ele não deve lembrar, me marcou profundamente. Os brancos sempre escreveram, podem e continuarão a fazê-lo, mas, as nossas questões, problematizações, nossas análises e reflexões carregam a força de nossa história, das nossas memórias e saberes ancestrais. Evidentemente, estou falando de subjetividades. Mas, como fazemos ciência, ela estará sempre relacionada a questões teóricas e metodológicas. Seguimos sempre o protocolo!

Eu, particularmente, adoro ver e ler obras de historiadoras negras. Luciana Brito, Wlamyra Albuquerque, Isabel Reis, Solange Rocha, Valéria Costa, Ana Flávia Magalhães, Lucimar Felisberto, Clícea Miranda, Ynaê Lopes, Giovana Xavier e muitas outras. Todas são grandes referências para mim e para minhas alunas negras e não negras. Suas pesquisas fazem emergir memórias e histórias de nossas ancestrais, do protagonismo e das ações que moviam mulheres africanas e crioulas livres, libertas e escravizadas. E mais, pesquisas que investigam as relações raciais a partir da diáspora africana no mundo atlântico; relações entre Brasil e Estados Unidos. Uma pluralidade de pesquisas, fontes, reflexões e análises que tem motivado muitas outras jovens estudantes de História a entrar neste espaço, que antes nos era negado!

Na historiografia a produção das negras e negros vai além do papel. Os grupos, coletivos e associações refletem ações coletivas fortalecendo o ser negro acadêmico e intelectual. Cito o coletivo *HistoriadorxsNegrxs* do qual faço parte e suas ações conjuntas com o Gelédes, Instituto da Mulher Negra e o Acervo Cultne que têm publicado semanalmente pesquisas acadêmicas de excelência de historiadoras e historiadores negros.

Os desafios continuam sendo muitos. A inserção de negros e negras em “lugares” de poder, como a própria academia, a publicação de pesquisas em livros, inserção no



mercado de trabalho, ascensão profissional, ainda são pontos sensíveis. Talvez, uma armadilha seja o fechamento de grupos. Penso que na luta antirracista precisamos de aliados não negros. Afinal, somos parte de uma sociedade.

### **PONTIFICANDO OBJETIVOS E ALCANÇANDO ESPAÇOS**

**Como você avalia o seu papel acadêmico e intelectual na formação de professores e pesquisadores? Você atua tanto numa escola pública de referência como na PUC, uma das mais importantes universidades privadas. Fale um pouco a respeito.**

Essa questão me remete a uma entrevista do antropólogo brasileiro de origem congoleza, Kabengele Munanga ao Portal Geledés em maio de 2020. Nela ele diz ter a “pretensão de ser um intelectual”. Ao ler, minha primeira reação foi de surpresa, afinal, ele é um dos maiores intelectuais brasileiros, na minha concepção. Contudo, algumas linhas à frente, esclarece: “intelectual é um cientista que influencia na mudança da sociedade humana. Você pode ser um cientista que passa a vida no laboratório, mas não se incomoda com os rumos da sociedade. É cientista sim, mas não é intelectual”. Concordo plenamente com Munanga! Precisamos de intelectuais no Brasil. Urgente! Neste sentido, minha ação e militância se faz no cotidiano da sala de aula. Eu explico!

Minha presença na PUC-Rio é acadêmica, intelectual, mas também política. Sou a única professora negra do Departamento de História e isso é significativo para nossos alunos bolsistas, e não bolsistas. Na verdade, foram eles quem me mostraram tal relevância: a representatividade. A presença de professores universitários negros pode corroborar na ressignificação da visão que a sociedade brasileira tem acerca dos lugares, ocupados pelos negros e negras. Sua posição econômica, social e política. E a academia, enquanto um dos espaços de poder, não é um desses lugares. Não por acaso somos tão poucos!

Quando olhamos as diferentes universidades no Brasil, nossos pares estão ocupando os lugares não vistos. São os ascensoristas, os faxineiros, os funcionários de um modo geral. Contudo, os espaços acadêmicos e científicos ainda são ocupados por uma maioria branca. Impossível não refletir no que isso significa, ou como se traduz para nossos jovens. Afinal, pretos e pardos somos 56% da população brasileira.



Na minha formação li pouquíssimos autores negros. Hoje, em todos os meus cursos, discutimos a produção de intelectuais negras e negros, brasileiros e estrangeiros. Muitos de nossos alunos atuarão ou iniciarão suas trajetórias profissionais em escolas públicas, o que no Brasil, significa ter contato cotidianamente com salas de aulas plurais e compostas por uma maioria negra (preta e parda segundo a definição do IBGE). Assim, se faz relevante refletirmos sobre questões pungentes como racismo, machismo, sexismo, intolerância religiosa, feminicídio etc. Temas presentes na comunidade escolar, mas nem sempre uma questão para jovens de classe média alta. Neste contexto, meu papel é levar tais questões e reflexões para as aulas. Tenho recebido respostas muito positivas. Provavelmente, a pluralidade das turmas da PUC-Rio corrobore para debates densos e profundos sobre as questões pontuadas acima.

No Instituto de Educação Carmela Dutra, uma escola do governo estadual do Rio de Janeiro de formação normal e horário integral, trabalhei com a formação de professores que atuam nos anos iniciais da educação infantil. A escola ainda é referência dentre as escolas estaduais e o grupo de profissionais da educação que compõem o quadro de docentes em conjunto com os gestores, funcionários e discentes, se destacam pela resistência. O que quero dizer é que nossos professores – uma grande parte deles – acredita na educação pública de qualidade. O trabalho conjunto de grupos de professores interdisciplinares colabora no desenvolvimento de projetos que majoritariamente atendem as solicitações de nossos educandos. Sim! Nossos alunos pedem palestras sobre temas específicos como: feminicídio, racismo, política dentre outros temas. O apoio da gestão tem sido fundamental para que todas as palestras ocorram, o que nem sempre é fácil devido à realidade local. A escola encontra-se geograficamente na região de Madureira, aquele mesmo bairro cantado em sambas famosos, com patrimônios tombados pelo poder público municipal. Elemento fundante de um projeto colaborativo entre a PUC-Rio e o Instituto de Educação Carmela Dutra com financiamento da FAPERJ permitiu pesquisa com bolsas para discentes e docentes do Instituto. Também a construção de um Laboratório de História, mas que atende a toda a comunidade escolar. Minha militância ocorre dentro do espaço escolar. É nele que proponho questões, problematizações acerca do que é ser negro na sociedade brasileira. Além disso, estudamos diferentes conteúdos que compõem o currículo do Ensino Normal de História relacionados a questões raciais, econômicas, políticas e culturais. Não é uma tarefa fácil. Mas acredito que o conhecimento pode colaborar positivamente na construção de



identidades negras políticas e conscientes. Minha atuação é no espaço escolar de modo amplo, e na sala de aula de forma específica. Ouvir meus alunos, o que pensam, o que têm a dizer sobre as questões cotidianas, tem sido uma das metodologias que funcionam. A partir do que trazem em suas múltiplas bagagens início minhas aulas. Acredito que a audição – entre todos os sentidos – seja o mais relevante para o professor em sala de aula. Aprendi durante muitos anos que o mestre é aquele que fala, que ensina. Hoje, após alguns poucos anos atuando no Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular, Ensino Médio Normal, Educação para Jovens e Adultos e na Licenciatura de História, percebo que não temos esse poder que se imaginou há alguns anos. O conhecimento é construído conjuntamente. Talvez, aí se encontre o nosso maior desafio: a formação inicial do professor de História.

Outro elemento que utilizo em minhas aulas no Ensino Médio é contar minha História, minha origem e trajetória. Dizer que há 20 anos eu estava sentada numa cadeira como a deles, numa escola estadual, tem demonstrado o potencial da representatividade. Sou uma professora considerada exigente pelos meus alunos, mas eles sabem o porquê de estudarmos os conteúdos selecionados e o modo como abordamos os mesmos. Minhas aulas sempre são embasadas em pesquisas, as que realizo ou realizei e na de meus colegas. Quando temos o livro didático é muito bom, visto que os atuais apresentam documentos históricos, mapas e questões de concursos como o Enem. Na falta deles, eu mesma produzo os textos que serão utilizados para estudos. Minhas avaliações são compostas de questões discursivas e objetivas (todas de vestibular e ENEM), o que ajuda a corroborar meu discurso sobre não ser um “bicho de sete cabeças” prestar o exame de vestibular, uma vez que os conteúdos que estudamos durante as aulas compõe as questões selecionadas.

A partir de seis de janeiro de 2021 me tornei Professora Adjunta do Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino (DEAE/EDU) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, infelizmente, deixarei o Instituto de Educação Carmela Dutra. Não atuarei mais como professora, mas pretendo continuar minhas pesquisas no Campo do Ensino de História. A pluralidade do corpo discente possibilita diferentes abordagens e problematizações. São majoritariamente negros, eles são filhos de professores, de militares, de empregadas domésticas que, em sua grande maioria, deseja se tornar professor. Alguns estão no colégio porque os pais assim desejaram. Aprovamos alunos para diferentes universidades: UERJ, PUC-Rio, UFF e UFRJ. Isto é muito significativo.



Os aprovados ainda não representam a maioria, mas certamente contribuem para que seus colegas vejam o espaço universitário como possibilidade real.

**Você tem se destacado numa importante atuação no Ensino de História e formação de professores. Avalie esta questão.**

Essa é uma questão difícil. Mas é somente trabalho. Acredito que a educação não pode resolver todas as questões sociais, econômicas, políticas e raciais. Contudo, ela é um dos instrumentos mais significativos no processo de mudanças e ressignificações que uma sociedade pode dispor. O sujeito em processo de formação pode – por meio de diferentes leituras e diálogos – desenvolver pensamento crítico, entender a construção da sua própria identidade, atuar social, política e culturalmente. E mais, conhecer a sua origem, a história de seus ancestrais.

A responsabilidade da formação inicial do professor é grande. Mas me identifico muito com um livro de bell hooks que me foi apresentado pela historiadora Giovana Xavier: *Ensinando a transgredir*. Primeiro porque a autora dialoga com Paulo Freire, uma das maiores referências no campo educacional. Segundo, por adotar uma prática que busca romper com as hierarquias impostas no mundo acadêmico. Como eu, ela acredita que construímos conjuntamente com nossos alunos diferentes conhecimentos, ao mesmo tempo que aponta nossas limitações nesse processo. Reconhecer limites pode ajudar a entender que o professor de História precisa fazer escolhas, inclusive dos conteúdos a serem ministrados em aula com os alunos, conforme nos aponta Circe Bittencourt.

Ao planejar uma aula, sempre imagino o que gostaria como aluna. Procuro relacionar teoria e prática, mesmo sabendo que muitos dos alunos que cursam a disciplina Estágio Supervisionado buscam, neste momento de sua formação, a prática da sala de aula. Contudo, como afirma José Carlos Libâneo, o professor se faz no cotidiano escolar. Não estou dizendo com isso que o estudo de teóricos da educação e do campo do ensino de história não sejam relevantes. Ao contrário, são fundamentais para que possamos refletir sobre como construir o conhecimento histórico escolar. Nesse sentido, ser pesquisadora, autora e professora tem colaborado neste desafio. Não posso deixar de mencionar os 17 anos que leciono nos diferentes níveis da educação da Escola Básica, particulares e públicas: Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio Regular e Normal, EJA e pré-vestibulares comunitários. Todas as experiências educacionais corroboraram



para uma bagagem que me ajuda a erigir, neste momento, aulas para a Licenciatura de História.

Muitas das problematizações e questões que apresento aos meus licenciandos estão postas em legislações antigas e até mesmo na Constituição Federal. Dentre as quais destaco a importância de o professor conhecer o local no qual a escola está inserida: o bairro e suas realidades. Da mesma forma, conhecer seus alunos, principalmente no que tange a questões econômicas, políticas e culturais. Ambas apresentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Entendo que, para o conhecimento escolar seja de fato construído, ele precisa fazer sentido para nossos alunos. E não fará sentido se nossa narrativa não for adequada ao público escolar para o qual se destina. Assim, se torna imprescindível ao planejar sua aula observar se ela será para o sexto ano ou a terceira série do Ensino Médio. Jean Piaget, embora não fosse educador, já sublinhara a observação pelo professor sobre as diferentes fases do desenvolvimento humano.

Impossível também dissociar o professor do pesquisador. Todo professor é um pesquisador. Sem a pesquisa não se elabora ou planeja uma boa aula. Ela é a base do conhecimento histórico acadêmico que será traduzido, seguindo os pressupostos de Ilmar de Mattos, para conhecimento escolar. E para tanto, o professor precisa dominar e conhecer profundamente o conteúdo sobre o qual irá lecionar.

## **NOVAS ILHAS DE CONHECIMENTOS**

### **Fale um pouco dos seus projetos acadêmicos e intelectuais atuais.**

Todos os meus projetos estão relacionados à formação de novos professores/autores. Estudo por escolha a escravidão brasileira, os escravizados africanos e seus descendentes como uma maneira de compreender as relações entre passado e presente. A pesquisa científica em História pode e tem contribuído de modo contundente na formação de sujeitos históricos críticos. Neste contexto, pesquiso os sujeitos, suas ações, escolhas e protagonismos. Bem como, o modo como diferentes discursos foram construídos acerca de seus corpos e a forma pelo qual tais discursos influenciaram olhares sobre os negros na sociedade brasileira atual. Neste momento, tenho me debruçado em leituras sobre o Caribe francês, escravidão e suas relações atlânticas, violência contra o



corpo escravizado feminino, refletindo como essas pesquisas podem e devem ser incorporadas ao currículo de história do ensino básico.

Estou coordenando uma coletânea, em parceria com o historiador Flávio Gomes, de livros voltados para Professores do Ensino Básico e das Licenciaturas de História. Estamos investindo nas pesquisas de historiadores de referência – preferencialmente negros e que tenham atuado ou atuem na escola básica – a fim de que possam contribuir com textos embasados em suas pesquisas, mas que apresentem indicação bibliográfica e uma proposição didática a partir do artigo produzido. Assim, pretendemos apresentar para o professor da Escola Básica, tendo como fio condutor a Lei 10.639, possibilidades de trabalho e atividades que utilizem fontes e documentos históricos, majoritariamente, ainda não inseridos nos manuais didáticos. Os temas escolhidos giram em torno da população negra na escravidão e no processo de pós emancipação. Preferencialmente, destacando o protagonismo de mulheres e homens responsáveis pela construção da sociedade brasileira de diferentes modos. A publicação será realizada pela Editora Malê, uma editora que tem se destacado com publicações de autores negros e negras. Ainda no campo das publicações estou finalizando a revisão da minha dissertação de mestrado, que será publicada como livro.

*Recebido em: 01/02/2021*

*Aprovado em: 15/02/2021*